

As Novas Gerações de Jornalistas em Portugal

José Rebelo (org.)

AS NOVAS GERAÇÕES DE JORNALISTAS EM PORTUGAL

Adelino Gomes
Alexandre Manuel
Diana Andringa
Dinis de Abreu
Helena de Sousa Freitas
José Luís Garcia
José Marmeleira
José Nuno Matos
Liliana Pacheco
Marta Neves
Pedro Diniz de Sousa
Rui Brites
Vanda Ferreira



LISBOA, 2014

© José Rebelo (org.), 2014

José Rebelo (org.)
As Novas Gerações de Jornalistas em Portugal

Primeira edição: dezembro de 2014
Tiragem: 300 exemplares

ISBN: 978-989-8536-40-2
Depósito legal:

Composição em caracteres Palatino, corpo 10
Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso
Capa: Nuno Fonseca
Revisão de texto: Manuel Coelho
Impressão e acabamentos: Europress, Ld.^a

Este livro foi objeto de avaliação científica

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

Editora Mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa
Tel.: (+351) 217 903 238
Fax: (+351) 217 940 074
E-mail: editora.cies@iscte.pt
Site: <http://mundossociais.com>

Índice

Índice de figuras e quadros	vii
Apresentação	1
<i>José Rebelo</i>	
1 Incertezas, vulnerabilidades e desdobramento de atividades	9
<i>José Luís Garcia , José Marmeleira e José Nuno Matos</i>	
2 Poucas expectativas, algumas desistências e muitas incertezas	21
<i>Liliana Pacheco e Helena de Sousa Freitas</i>	
3 Next journalism	37
<i>Adelino Gomes, Rui Brites e Marta Neves</i>	
4 Jornalismo e tecnologia	51
<i>Liliana Pacheco</i>	
5 Ser jornalista continua a estar na moda	61
<i>Alexandre Manuel</i>	
6 Imaginário e realidade	73
<i>Diana Andringa</i>	
7 As pressões extraeditoriais sobre os jovens jornalistas portugueses	83
<i>Pedro Diniz de Sousa e Vanda Ferreira</i>	
8 Da ética e da tecnologia, ou a vertigem das mudanças em tempo digital	117
<i>Dinis de Abreu</i>	

Anexo	
As novas gerações de jornalistas em Portugal	125
Anexo	
Perfil dos jovens jornalistas	141

Índice de figuras e quadros

Figuras

2.1	Grau de satisfação com a profissão	27
2.2	Como avalia a probabilidade de ficar desempregado num futuro próximo?	28
2.3	Se estiver desempregado, como avalia a probabilidade de conseguir emprego no jornalismo num futuro próximo?.....	28
2.4	Já alguma vez interrompeu a profissão?	29
2.5	Já pensou em abandonar a profissão?.....	30
3.1	Ocupação do pai	39
3.2	Ocupação da mãe	39
3.3	Ocupação do(a) cônjuge/companheiro(a)	40
3.4	Importância dos seguintes valores associados ao jornalismo.....	40
3.5	Importância que atribui às seguintes frases associadas ao jornalismo .	41
3.6	Ordens e pressões por razões extraeditoriais	43
3.7	Porque escolheu o jornalismo?.....	48
3.8	Porque pensou abandonar o jornalismo?.....	48
3.9	Porque escolheu o jornalismo e pensou abandonar a profissão.....	49
5.1	O que motiva os jovens para a profissão?	66
5.2	Homens vs. mulheres: as razões de uma opção.....	68
7.1	Nível de pressão, cedência e não cedência (valores absolutos e percentagens)	98
7.2	Percentagem de jovens jornalistas que se declararam pressionados, por origem da pressão	98
7.3	Percentagem dos jornalistas pressionados que declararam ter cedido, por origem da pressão	102
7.4	Nível de cedência à pressão por faixa etária	104
7.5	Nível de pressão e nível de cedência por número e tipo de meios em que já trabalhou	106

Quadros

1.1	Situação profissional	14
1.2	Estágio profissional	14
1.3	Trabalho por conta própria	14
1.4	Tempo de trabalho	16
1.5	Sindicalização	16
2.1	Quais as suas expectativas de progressão na carreira?.....	27
2.2	Tendo em conta a sua situação profissional, como se sente em termos de estabilidade?	27
4.1	Secções onde trabalha atualmente	52
4.2	Usos que faz da Internet	52
4.3	Credibilidade das seguintes fontes de informação.....	53
4.4	Grau de importância que atribui aos seguintes itens.....	55
4.5	Horas que dedica à atividade como jornalista, num dia normal de trabalho	55
4.6	Principal local de trabalho	55
7.1	Processos de 2007 a 2011 por tipo de subsídio	86
7.2	Nível de pressões extraeditoriais, nível de cedência e percentagem dos jornalistas jovens que cederam mas argumentaram, por grau académico	100
7.3	Cruzamento do nível de pressão com o ser ou não sindicalizado.....	101
7.4	Causas da cedência às pressões (a negrito, as causas coercivas; as restantes são causas de compromisso).....	109
7.5	Consequências de carácter punitivo para jovens jornalistas que declararam não ter cedido às pressões extraeditoriais	110
7.6	Cruzamento entre nível de pressão e o já ter pensado abandonar a profissão	111

Capítulo 1

Incertezas, vulnerabilidades e desdobramento de atividades

José Luís Garcia

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

José Marmeleira

Universidade Europeia

José Nuno Matos

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Metamorfose do capitalismo e do jornalismo

Uma forma de introduzir os problemas relativos às novas condições que enfrentam os jovens jornalistas, e que permitem uma leitura dos dados do inquérito realizado no âmbito do projeto “As Novas Gerações de Jornalistas Portugueses”, é inscrevê-los nas profundas transformações que têm atravessado, desde finais do século XX, o mundo dos média e do jornalismo. Trata-se de uma série de mutações sucessivas e, em vários aspetos, violentas, sob o impulso de uma economia de mercado que procura capitalizar as formas de saber, conhecimento e informação, bem como intensificar a mercantilização da dimensão cultural da vida social e humana. É com esta economia, o mesmo é dizer, com esta metamorfose do capitalismo em capitalismo do saber e da informação, que os jornalistas se confrontam e, nomeadamente, os jovens jornalistas se debatem, em defesa de uma profissão cuja missão aparece em processo de redefinição tanto quanto o próprio conceito de informação se altera sob a dinâmica da transformação do saber e da informação em capital.

Reconstituir as mudanças no capitalismo conduz-nos, mesmo que não podendo aqui sermos mais do que sucintos, à ideia de economia da informação, para traçar um tipo de economia alicerçada num setor dominado pela formação e oferta de informação ao mercado. A transformação do saber e da informação em capital é certamente tão antiga como o capitalismo industrial. Todavia, se até à década de 1980, a orientação económica dominante enfatizava a capacidade produtiva, sobretudo industrial, com o investimento em capital fixo, já na interpretação prevalente das economias pós-industriais, a ênfase passou a ser colocada no processo de aquisição e de gestão do saber, associado à gestão da informação. A par desta nova economia, e legitimando a irreversibilidade dos seus efeitos, surge a noção de sociedade do conhecimento e, por volta do mesmo período, é introduzido o conceito de sociedade de informação, que implicava uma reorientação das inovações tecnológicas para a produção intensa de valores de informação. O ambiente ideológico, sinalizado pela afirmação das perspectivas de expansão e aprofundamento mercantil e pelas possibilidades abertas pelas tecnologias computacionais, foi favorável a este paradigma. A organização económica descobre no saber e na informação valorizadas pela informatização a sua nova matéria-prima, e o elemento cognitivo das

economias pós-fordistas da transição do século XX para o século XXI torna-se estrutural. Face à “informatização” da economia e da sociedade, radicalizam-se as tendências de mercantilização do jornalismo. A sua condição de produto comercial, inflamada acriticamente pelos valores da criatividade, da inovação e da competitividade, sobrepõe-se à de bem público e toma outras configurações. O trabalho produzido pelos jornalistas passa a ser assumido como meramente transacionável e consumível. Tal alteração de qualificação não surge isolada, articula-se com uma conceção da vida social como competição exacerbada e generalizada e com a reestruturação do mercado de trabalho sob o conceito da flexibilidade. Depois da entrada na CEE, em Portugal, estas tendências foram revelando outras mais concretas no interior do próprio grupo profissional do jornalismo: aprofundamento das assimetrias e da hierarquização, real perda de independência, desagregação e perda de estatuto (Garcia, 2009).

Submetido às ondas de choque da economia do saber ou do conhecimento e do capitalismo digital, o jornalismo é impelido a desligar-se do interesse público, em ordem à sua transformação sucessiva em produção de conteúdos de tipo informativo com valor de mercado, num contexto em que comercialização e tecnologia se entrecruzam. As próprias redações não ficam incólumes às alterações impostas, tomando cada vez mais a forma de tecnoambientes, nos quais os jornalistas se desmultiplicam em tarefas, muitas delas técnicas, perdendo capacidade de decisão e de resistência face à impetuosidade das formas de gestão empresariais e à mudança tecnológica.

Aqueles que acabam de chegar à profissão confrontam-se desde o início com sobreoferta de aspirantes ao jornalismo, formas de recrutamento pouco criteriosas, precariedade laboral, polivalência multiforme, atividades extraprofissionais, flexibilização e expectativas frágeis. Estas são condições estimuladas pela mercadorização da informação e por uma máxima que muitos profissionais aceitam ou integram com pouco questionamento ou crítica: a de que o futuro do jornalismo tem como sequência inexorável a sua adaptação aos desenvolvimentos dos meios técnicos e empresariais. Esta é — note-se — toda uma visão da história dos média e do jornalismo de recorte linear, sequencial, que não admite ressurgimentos, reaparecimentos e reativações. A receção conformista da Internet, por exemplo em relação aos efeitos sobre os ritmos de trabalho e as competências profissionais, vem ilustrar essa tendência. Ao mobilizar todos os saberes e capacidades, impõe ao jornalista uma ligação constante ao ciberespaço; ele pode sempre desligar o ecrã, mas sob risco de ficar excluído da atividade. Por outro lado, o mundo digital não só cria possibilidades de novos formatos e conteúdos como é atualizado por novas potencialidades e formatos que, por sua vez, promovem a criação de mais formatos e conteúdos. Deste movimento em espiral, desta constante atualização, os jovens jornalistas não se podem apartar. É-lhes exigida uma participação incessante, uma flexibilidade repetida, destituída de resistência, até porque sabem que o seu trabalho, agora mais do que nunca, está condenado à obsolescência, à desatualização rápida. Surge como mais um conteúdo do consumismo imaterial, cortado de referentes materiais, sem história, assinado mas sempre à beira do anonimato. Uma produção aparentemente sem pai, sem autor.

O entusiasmo em torno das novas tecnologias de comunicação foi, nos últimos 20 anos, quase imparável, contribuindo para a afirmação da correspondência entre informação, informatização e conhecimento, entre democracia e distribuição de informação, equívocos que começam a ser desnudados à medida que os Estados intensificam o controlo sobre a sociedade de informação. Os jornalistas deparam com outra encruzilhada que, sendo mais silenciosa ou abstrata do que aquelas que enfrentam no seu dia a dia, não é menos urgente. A vigilância sobre a Internet, os telemóveis e outros meios digitais de comunicação, desenvolvida pelos serviços secretos americanos, britânicos e de outros países europeus, ilustra os perigos e os limites das novas tecnologias de comunicação e da sociedade que estas engendram. Na sequência das revelações do caso Edward Snowden, é fundamental reafirmar o valor da liberdade de informação e de expressão, e da integridade da própria democracia. Recorde-se que a vigilância realizada pelos Estados democráticos sobre os cidadãos contou com a colaboração de empresas como a Google, Facebook, Microsoft, Apple, Skype, Yahoo, não há muito tempo símbolos de uma nova era da informação, supostamente mais livre e aberta. O conhecimento desta “cooperação” assinala a existência de um monopólio sobre a Internet, partilhado por poderes políticos e económicos cujas decisões e ações, cada vez mais obscuras, escapam ao escrutínio público. Conhecer, interrogar e rejeitar essa convivência, através de uma informação e de um debate independente e alternativo, deve ser responsabilidade não apenas dos jornalistas mas de uma sociedade democrática. A necessidade de uma compreensão e de uma análise do exercício do jornalismo nos primeiros decénios deste século é por isso fundamental. De outro modo, não é possível conhecer as mutações do universo informativo que hoje moldam a condição do jovem jornalista e ameaçam, quando não impedem, os valores que deviam estar subjacentes ao contrato que ele estabelece com a sociedade assim que inicia a sua profissão.

O jornalismo e o trabalho “imaterial”

Em 2012, o semanário *Le Nouvel Observateur* publicou um artigo inédito do ensaísta e jornalista André Gorz, escrito em 1961, intitulado “Notas sobre jornalismo”. O artigo descreve o sentimento de angústia de quem, há mais de dez anos, dedica uma boa parte da sua vida a escrever para um jornal. Até que um dia, já não se pode mais:

porque o esforço seria muito grande, porque ele já não consegue colocar à disposição as suas palavras, os seus pensamentos, a sua voz, a inflexão das suas frases que, sob pena de falha, devem permanecer o pensamento de outro, mais exatamente, um pensamento outro: inflexível, impessoal, irrefutável como a fatalidade ou como esse pensamento sem sujeito que ninguém pensa e que cada um atribui aos outros, “a opinião pública”. Era isso o jornalismo em França nessa altura: era necessário dar uma aparência de interioridade, de unidade pessoal (evidenciada pela assinatura e o estilo elegante) a uma narrativa cuja qualidade principal deve ser a ausência de autor. (Gorz 2012 [1961], *online*)

As exceções, de acordo com Gorz, não conseguem fugir à regra. À figura do grande repórter corresponde a condição daqueles que, em troca de poder dizer “Eu”, não devem pensar demasiado, ou seja, que “passeiem o seu olhar como a objetiva de uma câmara, que estejam fora e não dentro, isto é, observadores externos e não parte, juiz, agente da história em curso” (*id., ibid.*). A análise realizada pelo autor constitui um importante contributo para o debate em torno da caracterização do jornalismo, quer enquanto profissão, supostamente exercida de forma independente, livre de constrangimentos, quer enquanto trabalho, predeterminado por uma entidade empregadora. Sob esta questão, a ideia de “autonomia relativa” do jornalista assume uma relevância acrescida, situando a atividade, “em terrenos como a qualidade e a originalidade da linguagem e do estilo, a imaginação e a criatividade da abordagem e da apresentação — *mas sempre no quadro dos modelos e padrões dominantes*” (Correia, 1998: 261), negando-se assim uma conceção ingénua dos jornalistas, “erigidos em produtores autónomos e soberanos, como detentores de um poder de decisão e de uma autonomia que, independentemente de algumas aparências, e considerando o conjunto dos profissionais, realmente não possuem” (*id., ibid.*: 259-260).

Subjacente à legibilidade dos dados que procuramos realizar encontra-se a seguinte questão: até que ponto é que a condição económica, social e laboral dos jovens jornalistas assinala a exclusiva peculiaridade de um âmbito profissional ou, ao invés, traduz — com as suas devidas singularidades — um processo mais alargado. As similaridades entre o exercício do jornalismo e de outras atividades socio-laborais poderão ser abordadas a partir da noção do que Gorz designou “trabalho imaterial” (Gorz, 2003). A aplicação das novas tecnologias no domínio da produção, aliada à globalização transnacional dos mercados, permitiu a redução do número de trabalhadores industriais no mundo dito desenvolvido, passando a grande maioria dos empregos a concentrar-se no setor dos serviços. O cariz humano do seu objeto de produção — o cliente e não a coisa — inaugura uma nova fase das relações laborais, em que estas, mais do que se basearem na disciplina física dos corpos, se fazem determinar por elementos de natureza imaterial: níveis de conhecimento, criatividade, reflexão, sensibilidade e comunicabilidade, apresentados como garantia de uma maior autonomia do indivíduo. Algo que, no específico caso do jornalista, sempre constituiu marca da sua atividade.

A palavra de ordem é “desprender o trabalhador”: de um conjunto de saberes formalizados, permitindo-lhe fazer uso das habilidades pessoais; de um espaço fechado, podendo o trabalho ser realizado a partir de casa, em viagem ou em qualquer sítio a partir do qual seja possível estar contactável e contactar; de um horário, devendo o tempo de trabalho passar a ser organizado a partir de prazos correspondentes aos objetivos a serem cumpridos e não com base em horários uniformes; de um salário fixo, devendo a remuneração ser determinada pela qualidade do trabalho realizado (Bologna, 2006). A suposta concessão desta oportunidade de expressão individual implica, evidentemente, consequências.

Nas décadas que se seguiram, marcadas pelo predomínio do projeto económico conhecido por neoliberalismo, a renúncia e a adaptação vieram, de facto, a tornar-se critérios determinantes de novas formas de se trabalhar e de ser

trabalhador. A clássica forma de contrato de trabalho, caracterizada pela perpétua vinculação entre empresa e trabalhador, dá lugar a outros modelos contratuais — o trabalho a tempo parcial, a prazo, temporário e “independente”. Uma condição apresentada como mais uma garantia do “desprendimento” do indivíduo de um emprego, de uma empresa, de um destino.

O outro lado da moeda da concessão de autonomia no trabalho, na empresa ou no mercado é a individualização dos resultados. Em última análise, a responsabilidade será sempre dos indivíduos, isolados uns dos outros e face a um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e a uma regulamentação jurídica crescentemente direcionada para a diminuição qualitativa dos vínculos laborais entre empregadores e empregados. A noção de que tanto a manutenção como a ascensão na carreira dependem da constante aquiescência a critérios de qualidade e da permanente superação de objetivos reforça um sentimento de incerteza e, com ele, a tendência para uma automobilização incessante. O chamado empreendedorismo irrompe como uma nebulosa ideológica que pretende legitimar, impulsionando, esta mobilização de esforços que tem imperativamente de ocorrer de modo independente de quaisquer condicionalismos estruturais ou conjunturais.

Condições laborais dos jovens jornalistas

Os resultados do inquérito correspondem, em primeiro lugar, a alguns dos argumentos expostos e, em segundo lugar, identificam outros traços que caracterizam não só o trabalho realizado pelos jornalistas, mas o trabalho imaterial em geral.

Dos 515 jornalistas inquiridos, todos com menos de 38 anos, metade apresentam um vínculo laboral precário, um dado que se integra no quadro geral. De acordo com dados do Eurostat, em 2010, 55,6% dos trabalhadores portugueses entre os 15 e os 24 anos encontravam-se sob contratos a prazo, diminuindo o valor percentual à medida que a idade aumentava. Ainda assim, aproximadamente 30% dos trabalhadores entre os 15 e os 39 anos via a sua situação laboral regida por esta modalidade contratual (Carmo *et al.*, 2011).

O fenómeno de segmentação com base na idade e no contrato de trabalho acaba por, de certa forma, refutar a relação direta entre precariedade e qualificação e/ou organização funcional da empresa, ou seja, a ideia de que a precariedade se prenderia com diminutos níveis de qualificação, concentrando-se nas zonas periféricas da empresa, em particular nos seus domínios puramente não produtivos (limpezas, por exemplo). Pelo contrário, constata-se a existência de uma força de trabalho qualificada, maioritariamente composta por licenciados, responsável pelo cerne da atividade da empresa (a produção de notícias), mas que, apesar disso, aufere de um contrato de trabalho precário. Em suma, uma redação composta por trabalhadores com funções um tanto ou quanto análogas, mas com condições contratuais distintas.

Ainda em relação à questão da relação contratual, importa destacar duas figuras com uma relevância cada vez maior nas redações: o estagiário (quadro 1.2) e o “independente” (quadro 1.3). No primeiro caso, a percentagem de trabalhadores estagiários nas redações passou de 5,4% em 2004 para 9,2% em 2009 (Rebelo, 2011).

Quadro 1.1 Situação profissional

Situação profissional atual	N	%
Contrato de trabalho sem termo	257	49,9
Contrato de trabalho a termo incerto	30	5,8
Contrato de trabalho a termo certo	73	14,2
Trabalhador por conta própria	107	20,8
Desempregado	39	7,6
Não responde	9	1,7
Total	515	100,0

Fonte: "As Novas Gerações de Jornalistas Portugueses".

Quadro 1.2 Estágio profissional

		Nº
Fez algum estágio	Sim	504
	Não	11
	Total	515
Número de estágios que fez	1	213
	2	126
	3	41
	4	11
	5	2
	Não indicou	122
	Total	515

Fonte: "As Novas Gerações de Jornalistas Portugueses".

Quadro 1.3 Trabalho por conta própria

Trabalhador por conta própria: razões por que escolheu essa atividade	N.º	%
Dificuldade em conseguir contrato de trabalho	81	75,7
Ter autonomia profissional	32	29,9
Ter autonomia económica	6	5,6

Fonte: "As Novas Gerações de Jornalistas Portugueses".

Os resultados do inquérito confirmam essa tendência, com a quase totalidade dos inquiridos a contar com um estágio no seu currículo. Se bem que a maioria das respostas confirme o cunho pedagógico e formativo do estágio — orientação sistemática, revisão de peças, possibilidade de assinatura e avaliação —, é curioso verificar o número de estágios realizados: se a maioria conta com um estágio, existe um número relativo dos jornalistas com dois ou mais estágios acumulados (Rebelo 2011: 180). No segundo caso, o trabalho por conta própria, muito provavelmente a recibo verde, resume a condição sociolaboral de cerca de 20% dos inquiridos (quadro 1.1). Desde já, considera-se necessário colocar entre aspas a designação "trabalho por

conta própria” ou “trabalho independente”, não limitando a análise à figura do “falso trabalhador independente” ou “falso recibo verde”, trabalhador em termos materiais assalariado (com um local de trabalho fixo, um determinado conjunto de funções adjudicadas, as quais deve cumprir, um salário base fixo), mas empresário em termos contratuais. Imagine-se, mesmo de costas voltadas para a realidade, que estamos perante jornalistas com algum grau de autonomia. Mesmo nestes casos, o trabalho acaba por depender de uma avaliação de terceiros que, no caso português, correspondem a poucas empresas que acabam por compor um oligopólio no mercado da comunicação social. Por conseguinte, e conforme os trabalhos desenvolvidos por Gilles Balbastre (2000) e Antonella Corsani (2012), ambos respeitantes à realidade francesa, o jornalista independente acaba por se envolver na obrigação permanente de encontrar ideias de trabalhos passíveis de ser vendidos. Aliás, como afirma Balbastre:

o emprego frequente de [...] termos tomados de empréstimo de um léxico comercial — vender, comprar, negociar, investir [...], cliente, produto, material [entre outros — conteúdos, ao invés de notícias] — traduz a crescente proximidade entre o trabalho jornalístico e a atividade comercial. (2000, 78)

O processo de produção do “objeto” jornalístico parece ser assim realizado à luz de um valor de troca, de um cálculo económico, quer se trate da manutenção de custos reduzidos na realização de reportagem, quer se trate da aquiescência a um estilo facilmente vendível — a subutilização de testemunhos ou a enfatização do fator emocional, entre outros elementos geralmente impelidos pelas chefias e pelos gestores. Deste ponto de vista, neste tipo de condição à margem do salário, a heteronomia é patente, advindo menos da subordinação jurídica do que da dependência face a uma entidade com maiores poderes de atuação ao nível do mercado. Verdadeiro ou falso independente, a verdade é que 75,7% dos jornalistas por conta própria encaram a sua relação contratual como um mal menor, como algo que é fruto de não ter conseguido um contrato de trabalho.

Este quadro geral de vínculos laborais produz sérios efeitos sobre as mais variadas esferas da vida do jornalista: da relação com a própria atividade jornalística à intervenção política, passando pelo equilíbrio entre tempo de trabalho e de vida. A este respeito (quadro 1.4), os dados indicam um elevado número de jornalistas a trabalhar nove ou mais horas por dia. Se bem que o trabalho jornalístico contenha em si, desde os seus primórdios, a definição de prazos — se quisermos, recorrendo a um jargão hoje corrente, a delineação de “objetivos de produção” — estes resultados parecem igualmente indiciar uma incapacidade ou uma fragilidade, derivadas de uma condição de precariedade. É necessário enfatizar que a precariedade, mais do que uma situação diretamente produzida por um determinado vínculo laboral, corresponde a uma relação social caracterizada pela incerteza relativa à capacidade de se garantir a própria reprodução. Não é, portanto, algo que se limita a opor trabalhador a gestor e/ou empresário, mas — cada vez mais, e a título de exemplo — o trabalhador ao banco, à segurança social ou às finanças (a dívida é também uma forma de precariedade). É, deste ponto de vista, algo que poderá existir entre os trabalhadores com um vínculo permanente. Inclusivamente, são estes os

Quadro 1.4 Tempo de trabalho

Horas que dedica à atividade como jornalista, num dia normal de trabalho	N.º	%
Até 7 horas	76	14,8
8 horas	159	30,9
9 horas	101	19,6
10 horas	98	19,0
> 10 horas	51	9,9
Não respondeu / não se aplica	30	5,8
Total	515	100,0

Fonte: “As Novas Gerações de Jornalistas Portugueses”.

Quadro 1.5 Sindicalização

Adesão ao Sindicato dos Jornalistas	N.º	%
Não	283	55,0
Não, mas já estive sindicalizado	70	13,6
Não, mas penso sindicalizar-me	69	13,4
Sim, atualmente estou sindicalizado	91	17,7
Não responde	2	0,4
Total	515	100,0

Fonte: “As Novas Gerações de Jornalistas Portugueses”.

principais alvos dos processos de despedimento coletivo.¹ Adotando por momentos o raciocínio da empresa de comunicação social, é menos lucrativo manter um jornalista com muitos anos de casa, com um estatuto derivado dessa experiência e muito provavelmente sindicalizado, do que um jovem contratado a prazo ou a recibo verde que, por se encontrar nessa condição, se sujeita mais facilmente a salários reduzidos e a horas extraordinárias — recordemos que a atitude dita empreendedora depreende iniciativa, esforço, colaboração, adesão aos valores e à cultura de empresa, não tanto à sindical.

Neste último âmbito, os dados revelam (quadro 1.5) que a grande maioria não é sindicalizada, resumindo-se o universo dos jovens sindicalizados a 17,7%. Mesmo se considerarmos os que pensam eventualmente optar pela sindicalização, obtém-se o valor de 31%. Mais uma vez, este resultado não constitui uma particularidade dos jornalistas. A diminuição da taxa de sindicalização é uma realidade não só em Portugal como em toda a Europa,² um fenómeno que se

1 Em 2010, segundo notícia publicada no *Jornal Económico*, a Impresa ameaçou iniciar um processo de despedimento coletivo que visava 18 jornalistas, com base nos seguintes critérios: “historial de conflito com as chefias; remunerações elevadas e relação do valor salarial com a produtividade; assim como a dificuldade de adaptação aos níveis de exigência do *Expresso*” (Pacheco 2010, *online*).

2 Os dados apresentados por Maria da Conceição Cerdeira (1997) para o período compreendido entre 1979 e 1995 apontam para a uma diminuição da taxa de sindicalização na ordem dos 50%. Um estudo internacional dirigido pela OIT obtém os mesmos -50% entre 1985 e 1995 (OIT, 1997).

prende com uma relação de intermitência com o próprio trabalho, ou seja, com a noção de que hoje em dia se é jornalista, mas que para o mês ou para o ano que vem se poderá fazer face a uma situação de desemprego ou de um outro tipo de trabalho. O Sindicato, organizado a partir de setores laborais e profissionais, vê-se assim confrontado com um novo tipo de trabalhador, cuja condição não se define pela posse de um determinado género de ocupação ou profissão, mas sim pela descontinuidade dos mesmos ou, pelo menos, pela sensação de que essa descontinuidade está para vir. Por fim, importa ainda mencionar que o sindicalismo se alimenta de sociabilidades geradas dentro e fora do local de trabalho. Nos últimos anos do Estado Novo, a existência de um inimigo comum — a censura — e a concentração geográfica dos locais de trabalho poderá ter contribuído para um espírito de grupo (Correia, 1998). A atual ausência de um único adversário e a dispersão geográfica (que contrasta com a concentração empresarial na área da comunicação social) contribuem, pelo menos em parte, para mitigar esse espírito.

Notas finais

As particularidades do trabalho jornalístico não impedem a sua inserção numa nova categoria social mais vasta, os *brainworkers*, para usarmos a expressão de Andrea Fumagalli, caracterizando-se pela prestação de “atividades cognitivo-relacionais, nas quais o uso de cognições linguístico-cerebrais-experienciais recorda as competências individuais que os artesãos dos primeiros anos do século passado deveriam possuir de forma a desenvolver o seu ofício” (Fumagalli 2010: 247). O facto de estarmos a falar de um trabalho de cariz cognitivo conduz, no entanto, a que os modelos de gestão da força de trabalho tenham que ser mais sofisticados do que os praticados nas oficinas artesanais. A este nível, o próprio contrato de trabalho, associado a outros dispositivos de gestão, surge como um instrumento de gestão, contribuindo para que seja o próprio trabalhador a adequar, através de diversas formas de autocontrolo, o seu próprio comportamento, aproximando-o dos objetivos consignados pela empresa.

Tal não significa, contudo, que o jornalista assimile estes fins, introduzindo-os em si como uma espécie de crença. Muitas vezes, até os poderá reproduzir discursivamente. Porém, isso não assinala necessariamente uma crença no que se diz: 63,3% dos entrevistados confessam já ter pensado em abandonar a profissão. E as causas estão longe de se prender, no cômputo geral, com a oferta de outras oportunidades de carreira, mais aliciantes. A maioria das respostas tende a eleger, pelo contrário, a baixa remuneração, o stresse, a precariedade, a sobrecarga horária, a falta de reconhecimento e a desmotivação.

Detentores de escolaridades elevadas, trabalhando em grandes áreas metropolitanas, os jovens jornalistas enfrentam um contexto de competição exacerbada e têm o acesso ao mundo profissional extremamente dificultado. A sua realidade é a da ausência de contratos, de contratos de curta duração ou de um enquadramento autónomo do trabalho, quase sempre contrário às suas aspirações.

Vivem numa incerteza profissional e a consciência da sua permanência agudiza sensações de sofrimento e confusão que debilitam o fazer do jornalismo e os valores que o deviam estruturar. O desdobramento em tarefas distintas é muitas vezes a única garantia de sobrevivência profissional e económica. Trabalhando em diferentes modalidades (polivalência) ou atividades (pluriatividade) dentro mesmo setor laboral ou em diferentes atividades (multiatividade) em diferentes setores, o jovem jornalista é protagonista de uma desmultiplicação de esferas de trabalho no próprio jornalismo e fora deste. O único contrapeso às dificuldades reside na ideia de vocação e de satisfação e autonomia pessoal, que podemos inferir dos dados do questionário. O reconhecimento e a visibilidade que o jornalismo ainda granjeia amortecem os efeitos da precariedade laboral, assim como a existência do fenómeno do emprego paralelo (professor, *blogger*, etc.). À grande vulnerabilidade profissional acresce o reconhecimento, num paradoxo entre dependência e um novo tipo de autonomia associado a práticas de trabalho *freelance* ou dito independente. E é sobre esse paradoxo que se constrói também a relação dos jovens jornalistas com uma profissão em que a significância da sua existência depende hoje do desmascaramento da irracionalidade produzida pela perfeita racionalidade tecnológica e mercantil.

Referências bibliográficas

- Balbastre, Gilles (2000), "Une information précaire", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 131 (131-132), pp. 76-85.
- Bologna, Sérgio (2006), *Crisis de la Clase Media y Posfordismo*, Madrid, Akal.
- Carmo, Renato Miguel do, et al. (2011), *Jovens em Transições Precárias: Trabalho, Quotidiano e Futuro*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- Cerdeira, Maria da Conceição (1997), "A sindicalização portuguesa de 1974 a 1995", *Sociedade e Trabalho*, 1, pp. 46-53.
- Correia, Fernando (1998), *Os Jornalistas e as Notícias*, Lisboa, Editorial Caminho.
- Corsani, Antonella (2012), "Autonomie et hétéronomie dans les marges du salariat: les journalistes pigistes et les intermittents du spectacle porteurs de projets", *Sociologie du Travail*, 54 (4), pp. 495-510.
- Fumagalli, Andrea (2010), *Bioeconomía y Capitalismo Cognitivo*, Madrid, Traficante de Sueños.
- Garcia, José Luís (2009), "Introdução ao estudo sociológico dos jornalistas portugueses: os jornalistas e as contradições do capitalismo jornalístico no limiar do século XXI", em José Luís Garcia (org.), *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses: Metamorfoses e Encruzilhadas no Limiar do Século XXI*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 23-46.
- Gorz, André (2003), *L'Immatériel*, Paris, Galilée.
- Gorz, André (2012 [1961]), "Le journalisme, cette pensée sans sujet", *L'OBS*, 12/11/2012, disponível em: <http://bibliobs.nouvelobs.com/essais/20121109.OBS8842/andre-gorz-inedit-le-journalisme-cette-pensee-sans-sujet.html> (consultado a 03/11/2014).

- OIT (1997), *El Trabajo en el Mundo: Relaciones Laborales, Democracia y Cohesión Social, 1997-1998*, Ginebra, Organización Internacional del Trabajo.
- Pacheco, Filipe (2010), "Impresa propõe 1,25 meses de salário para travar despedimento colectivo", *Negócios Online*, 12/11/2012, disponível em:
http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/impresa_propotildee_125_meses_de_salaacuterio_para_travar_despedimento_colectivo.html (consultado a 03/11/2014).
- Rebelo, José (2011), *Ser Jornalista em Portugal: Perfis Sociológicos*, Lisboa, Gradiva.